

Educação e Geociências na 1ª Conferência Brasileira de Proteção à Natureza (1934)

Aluna: Jessika Flückiger Dupré Rabello

Programa: PIC/FEUSP

Orientador: Ermelinda Moutinho Pataca

Resumo:

Na década de 1930 ocorre a Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, realizada no Rio de Janeiro sob o patrocínio de Vargas e iniciativa de uma sociedade civil chamada Amigos das Árvores. Este evento reflete os interesses de um grupo composto por cientistas, intelectuais e funcionários públicos, este grupo pretendia garantir que políticas relacionadas à conservação do patrimônio natural brasileiro fossem implementadas pelo Estado. Neste trabalho estamos propondo uma análise dos discursos ambientais e geocientíficos das instituições e personagens envolvidos no evento para compreender as concepções de conservação, preservação, natureza, educação e geociências presentes na Conferência. Em levantamento bibliográfico constatamos que esta temática é pouco abordada diante de sua relevância para estudos de história ambiental no Brasil. Através de estudos de história da ciência e das geociências, com ajuda de uma contextualização da década de 30, será possível refletir sobre a prática da história ambiental e construir uma idéia de quais condições histórico-ambientais levaram à realização da Conferência.

Palavras chaves: História Ambiental, Proteção à Natureza, Educação

Introdução

A historiografia tem o ano de 1930 como um marco na história contemporânea brasileira, que evidencia o fim da estrutura criada e sustentada pela República desde 1890. Uma série de fatores prenunciou esse fato com o seu ápice na Revolução de 30 que nomeia Getúlio Vargas. Acentuando ainda mais as dificuldades do governo federal estava a crise econômica, na qual o país mergulhara pela soma da quebra da Bolsa de Nova York à superprodução cafeeira e a grande redução do balanço comercial no final da década. (FIGUEIRÔA, 1997).

Nesse tumultuado contexto político e econômico com a extinção de instituições científicas e especialização das mesmas como, por exemplo, a Comissão Geográfica e Geológica que chega a ser incorporada pela secretaria de Viação de Obras Públicas, ou o Museu de Zoologia como desdobramento do Museu Paulista, ocorre em 1934 a Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza. Realizada no Rio de Janeiro sob o patrocínio de Vargas e iniciativa de uma sociedade civil chamada Amigos das Árvores, este evento histórico, reflete os interesses e anseios de um grupo razoavelmente organizado composto em sua maioria por cientistas, intelectuais e funcionários públicos. Este grupo pretendia garantir que políticas relacionadas à conservação do patrimônio natural brasileiro fossem implementadas pelo Estado, que realmente parecia ter alguma movimentação, evidenciada pelo Código das Águas e o Código Florestal. (FRANCO, 2002)

A abertura da 1ª Conferência de Proteção à Natureza foi feita por Leôncio Corrêa, presidente da Sociedade Amigos das Árvores, cujo discurso mostrava duas linhas de argumentação para justificar a proteção da natureza. Em uma delas, o mundo natural era valorizado como recurso econômico a ser usufruído racionalmente, enquanto que na outra era objeto de culto e fruição estética (FRANCO, 2002). Essas formas diferenciadas de perceber a natureza permearam o ambiente da Conferência e convergiram na elaboração de um projeto comum de feição nacionalista e cientificista, bastante característica do momento. Os trabalhos que foram apresentados na Conferência foram divididos em seções: Educação; Proteção à natureza em geral; Solo e Subsolo; Flora; Fauna; Antropologia e Biogeografia - Habitat Rural; Legislação e Métodos.

A Conferência, assim como os trabalhos produzidos por uma geração de intelectuais da década de 1930 sobre história natural com um discurso sobre conservação da natureza têm sido objeto de estudo da História Ambiental no Brasil. Esta área recente contribui para o entendimento das concepções sobre a relação da sociedade com a natureza no Brasil (MARTINEZ, 2006; DRUMMOND, 1991).

Através de uma análise dos discursos ambientais e geocientíficos encontrados na Conferência é possível compreender as concepções de conservação, preservação, natureza, educação e geociências. Principalmente nas seções de educação e solos e subsolos, que revelam as concepções sobre Geociências e a sua dissociação com o plano Educacional.

Os estudos em educação e História das Geociências com ênfase Ambiental são extremamente relevantes para a definição de parâmetros para o Ensino de Geociências. A partir da década de 1970, houve retirada do conteúdo em geociências do currículo da educação básica, apesar da grande relevância dessa área do conhecimento. Estudos sobre história das geociências podem contribuir com a valorização do conhecimento geológico, ocasionando a gradual reinserção desta temática no currículo (PATACA, 2008). Para a reinserção dos conteúdos geocientíficos na educação básica, destacamos a necessidade de pesquisa e sua articulação com o ensino, desta forma devemos compreender os estudos já realizados sobre essa temática. Em levantamento bibliográfico verificamos que a temática trabalhada neste projeto é pouco abordada, tanto sob a ótica proposta da História Ambiental como sob a ótica de vertentes históricas mais clássicas

O resgate e a valorização do conhecimento em Geociências contribuem para a tarefa, muitas vezes assumida pela educação ambiental, de reeducar os futuros e os presentes cidadãos para que tenham compreensão e assim possam assumir novas responsabilidades com relação a ocupação do planeta e utilização de seus recursos, criando meios para diminuir os impactos das atuais atividades econômicas e também buscando soluções para os problemas já existentes de degradação do meio ambiente.

O país está passando por uma “terceira geração” de leis, órgãos e políticas ambientais e educacionais. Passou por todo um processo de regulamentação da década de 1930 e uma evolução gradual de concepções relativas ao meio ambiente. Sabemos que esse período representou uma época estatizante e focalizada na proteção patrimonial e em recursos específicos, e evoluiu para nossa época atual que,

em comparação com aquela, parece ser mais genérica, integrada e mais sensível à qualidade ambiental como direito social. (DRUMMOND, 2002).

Temos hoje um ministério específico para o meio ambiente, de estrutura relativamente fraca e mutante e com baixa participação orçamentária, mas que tem conseguido se fazer visível e atuante e está completando quase 24 anos, e tudo isso é resultado de algum ponto na história, de mobilização. Podemos imaginar como as primeiras concepções eram, mas há como fazer uma análise sólida se apoiando em documentos originais da época.

Portanto, como forma de resgate do estudo histórico das geociências e apoiada em uma promissora área que floresce no Brasil de História Ambiental, a proposta de uma análise do período da década de 1930 e as concepções iniciais de temas que regem importantes áreas atuais, desde políticas ambientais educacionais e econômicas, apresenta importante contribuição para a compreensão dos estudos que vêm sendo desenvolvidos sobre essas temáticas.

Objetivos

- Realizar levantamento bibliográfico para a construção do embasamento teórico-metodológico sobre História Ambiental.
- Pesquisar sobre a 1ª Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, através de um levantamento bibliográfico;
- Contextualizar o período em que a Conferência se insere sob o caráter histórico geral e ambiental.
- Identificar as concepções sobre preservação, conservação, natureza, educação e geociências, circulantes na Conferência.

Metodologia

Partindo da análise de estudos em história ambiental que exemplificam mais claramente em que consiste essa prática, elaboramos a contextualização do período e para tanto recorreremos também a bibliografias sobre história social, política e econômica do Brasil possibilitando formular uma idéia a mais ampla possível sobre os acontecimentos que regiam o momento.

Para uma análise dos discursos sobre a preservação e a concepção da natureza na década de 1930, partimos de trabalhos de história da ciência e bibliografia que já aborda o tema (FIGUEIRÔA, 1997; LOPES, 1997; CALVARI, 2000; FILHO, 2002). Utilizamos também trabalhos de outros autores, como de Regina Horta Duarte (2006), que fez importante estudo sobre introdução de pássaros no país desde o fim do século XIX e Warren Dean (1996), um dos pioneiros nos estudos de História Ambiental no Brasil, também como uma fonte indispensável de referência para os modernos modelos da história ambiental.

O principal documento utilizado para a análise da conferência é o Relatório Geral da Conferência Brasileira de Proteção à Natureza (CBPN), escrito por Alberto Sampaio em 1934 e publicado pelo Boletim do Museu Nacional de História Natural em 1935. Este relatório divide-se em três partes. A primeira, “Notas e Comunicações”, é a parte principal, contendo resumos de cada um dos trabalhos apresentados, subdividindo-se em sete seções: I. Educação, II. Proteção à Natureza em geral, III. Solo e Sub-solo, IV. Flora, V. Fauna, VI. Antropologia e Biogeografia (Habitat Rural), VII. Legislação e Métodos. A segunda parte, “Respostas ao Questionário”, trata das respostas ao questionário, previamente distribuído pela Sociedade dos Amigos das Árvores. A terceira parte se compõe dos *Votos, Apelos e Protestos* aprovados por uma comissão.

O relatório de Sampaio é uma descrição resumida dos trabalhos apresentados em cada uma das seções da CBPN. Através deste documento analisamos as concepções sobre conservação, preservação, natureza, educação e geociências das seções de educação e solo e subsolo, e complementamos o levantamento bibliográfico com os trabalhos completos dos autores das seções indicados por Sampaio, em sua maioria reproduzidos na Revista Nacional de Educação do próprio Museu Nacional (Anexo I). O relatório apresenta, em muitos trabalhos, a referência exata de onde o trabalho foi publicado integralmente.

Metodologicamente optamos por uma abordagem apoiada em história ambiental, surgida nos anos 70 e 80 e direcionada por um momento marcado pelo aumento do interesse pela questão ambiental. No entanto, este efeito só foi sentido no setor da produção histórico-científica brasileira no início dos anos 90, com os autores pioneiros na temática como José Augusto Pádua e José Augusto Drummond.

A temática ambiental tem aberto oportunidades cada vez maiores para a realização de estudos interdisciplinares. As mudanças climáticas, as alterações dos

cursos dos rios, a estrutura dos solos e as formas de ocupação das terras, por exemplo, já não são mais objetos de estudo exclusivo de biólogos e geógrafos, o que abre campo para a maior parte das outras especialidades científicas. A contribuição específica da história passou a ser chamada de história ambiental.

A história ambiental diz respeito a uma vertente histórica que procura interpretar o fenômeno da relação pretérita homem x natureza para que com o exame das transformações ocasionadas por esta relação possamos compreender melhor o atual contexto ambiental.(DRUMMOND, 2002)

De uma maneira geral a história ambiental traz traços bastante familiares com as ciências geológicas e adota a existência do planeta independentemente da existência das civilizações, anterior a elas e regida por movimentos naturais. Os historiadores ambientais devem saber reconhecer que a natureza existe por si mesma e possui em si o princípio de seu movimento. A natureza não existe em razão dos seres humanos, a história do planeta tem sua própria trajetória configurando a existência humana apenas como uma ínfima parte desta história. Vulcanismos, terremotos, glaciações, enchentes, surgimento e extinções de espécies ocorrem a bilhões de anos, influenciando sobre a conformação das paisagens terrestres e as condições que dão suporte à vida. A história ambiental rejeita a suposição de que a experiência humana seja isenta de restrições naturais, de que a humanidade constitui uma espécie única e isolada. Ao contrário, vê como imprescindível a compreensão das conseqüências ambientais das ações humanas.

A ação humana interage com as forças da natureza provocando impactos sobre os ambientes e 'reações' do mundo natural. Os historiadores ambientais, seguindo o ponto de vista adotado por outros cientistas, afirmam que a ação humana pode agravar a situação ambiental e potencializar as catástrofes. Porém também observamos que o que configura uma catástrofe humana não necessariamente seja equivalente a uma catástrofe ambiental, no sentido de que mesmo que as alterações humanas possam modificar decisivamente inúmeros mecanismos naturais causando a destruição de muitas espécies, inclusive a sua própria, ainda assim o planeta sobreviverá e os sistemas naturais voltarão a se equilibrar. A combinação intertemporal de fatores naturais e humanos é capaz de moldar novas paisagens ou destruir rapidamente sistemas da natureza que existem atualmente na Terra. Neste contexto podemos compreender porque a história ambiental coloca a exigência, para

determinados tipos de estudos, de se considerar a escala geológica de tempo, algo que o intelecto humano tem dificuldade para lidar.

Não há dúvida de que a história ambiental ainda se apresente como uma prática recente, no entanto, não é mais pouco praticada. Suas metodologias continuam em adaptação ainda passeando e emprestando técnicas de outras áreas do saber. Portanto é preciso detida reflexão conceitual e epistemológica, também métodos, exigentes e meticulosos, e finalmente é preciso uma boa carga de leitura acumulada, sem o que não se viabilizará a interpretação baseada na construção do maior número de relações entre os dados socioeconômicos e ambientais. Além de afastar-se das ideologias, a história ambiental precisa ater-se com as interpretações e com a fundamental prova dos fatos.

Fazer história ambiental é uma das formas de esclarecer como cada reorganização da natureza, após centenas de anos de intervenção humana, vem de mãos dadas com a reorganização das sociedades humanas. Em um nível mais amplo da crise ambiental global, uma história ambiental pode fazer uma contribuição significativa para a caracterização de diferenças na evolução do pensamento referente à conservação, preservação e recuperação da natureza.

Com base nessas diretrizes de História Ambiental é que se pretende tecer as considerações principais deste trabalho de uma forma contextualizada sobre a Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza. A década de 1930 foi fundamental na construção de uma identidade nacional e ter esse momento articulado a preocupações ambientais nos fornece rico material de análise.

A 1ª Conferência Brasileira de Proteção à Natureza (1934)

A Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza foi organizada pela Sociedade dos Amigos das Árvores e realizou-se entre 8 e 15 de abril de 1934, no Rio de Janeiro. Contou com forte apoio e infra-estrutura do Museu Nacional, sendo Alberto José Sampaio o seu relator. Estavam também representados a Associação Brasileira de Educação, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, a Liga Brasileira de Higiene Mental, a Associação Brasileira de Farmacêuticos, a Academia Brasileira de Ciências, o Instituto Histórico de Ouro Preto, o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, a Sociedade de Amigos de Alberto Torres, o Tijuca Tennis-Club, o Instituto Nacional de Música, a Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro, e a Sociedade Fluminense de Medicina Cirúrgica. É importante ressaltar o patrocínio da Conferência pelo Chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas, confirmando todo o contexto de desejo de construção de identidade nacional e de modernização em um sentido amplo.

A sessão inaugural realizou-se com solenidade ao dia 8 de Abril de 1934 no salão nobre da Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro. Presidida pelo Snr. Camp. Ubirajara dos Santos Lima, representando o Exmo. Snr. Dr. Getúlio Vargas, Dmo. Chefe do Governo Provisório, e com a presença de Paulo Ferreira de Souza, representando o então Snr Ministro da Agricultura.

Os cientistas envolvidos com a pesquisa científica da década de 1930 inserem-se no contexto dessa pesquisa ao relacionar a proteção à natureza com a educação, incluindo então uma análise da participação das geociências nesse processo. Para tanto é necessário esclarecer alguns pontos importantes que levaram à realização da Conferência, como por exemplo a política, a economia, a cultura e um pouco sobre a história das instituições que dependeu tão profundamente do contexto da década de 1930 e dos personagens que se envolveram com a questão da proteção ambiental.

Os principais atores do cenário de conservação da natureza da época da realização da Conferência são autores de livros, professores, profissionais liberais, técnicos, cientistas vinculados ao serviço público entre outros. Em sua maioria intelectuais que

acreditavam possuir responsabilidade especiais e se sentiram atraídos pela tarefa da construção nacional perante um momento de extrema importância para o País. Tomam, portanto, para si a tarefa de pressionar os governantes através da influência que exerciam sobre a opinião pública (FRANCO, 2002).

No Rio de Janeiro as instituições como o Museu Nacional e o Jardim Botânico vinham se tornando centros de pesquisa importantes cujo objetivo era um melhor conhecimento sobre a natureza no Brasil (LOPES, 2007). O Museu Nacional legitima sua preocupação com o problema educacional através da publicação da Revista Nacional de Educação, na qual os pesquisadores do Museu em diversos estados brasileiros contribuem com artigos desde cunho técnico até o de conteúdo didático para o público em geral.

Uma série de instituições estaduais foram criadas no intuito de estimular o processo de modernização. Em 1896, a seção de botânica, vinculada à Comissão Geográfica e Geológica, sob a coordenação de Orville Derby, instalou-se na Serra da Cantareira, surgindo aí a primeira reserva florestal do estado cuja principal finalidade era proteger as bacias dos riachos que abasteciam a cidade de São Paulo (FIGUEIRÔA, 1997). O avanço das cidades era alarmante quando se pensava em abastecer toda a população que ali se instalaria. A água mereceu especial atenção quanto a sua proteção como iniciativa de preservar um recurso natural essencial à vida e, portanto, de efeitos catastróficos se viesse a faltar. Sob a ótica dos intelectuais a realidade de devastação ambiental só seria modificada com a ação firme do estado, que deveria estabelecer reservas florestais e uma *silvicultura racional* (FRANCO, 2002). Identificando-se com essa idéia, cujo objetivo era obter um melhor aproveitamento dos recursos naturais, o governo começou a contratar um grupo de técnicos e cientistas entre eles o próprio Orville Derby, Herman von Ihering, Alberto Loefgren e Edmundo Navarro de Andrade, o qual era brasileiro, fato que acabou por favorecer a implementação de suas medidas propostas (MARTINI, 2004).

Como foi mencionado, certas instituições vinham se tornando cenário de preocupações com a proteção ao mundo natural. A principal delas foi o Museu Nacional. Ao desenvolver pesquisas voltadas para o estudo da História Natural, os cientistas e professores desta instituição logo despertaram para o problema da destruição do patrimônio natural pelo homem. Vários deles se dedicaram a uma atuação e à formulação de um pensamento voltado para a proteção da natureza. Entre estes podemos citar: Cândido de Mello Leitão, Roquette-Pinto, Berta Lutz,

Heloísa Alberto Torres, Armando Magalhães Corrêa, Alberto José Sampaio e Frederico Carlos Hoehne. Dentre eles A. J. Sampaio, botânico como a maioria dos outros, dedicou-se ao estudo da silvicultura, já Magalhães Corrêa teve destacada produção no campo das geociências assim como Mello Leitão. No entanto devemos reconhecer que as questões tratadas pelos botânicos penetraram melhor o campo da educação, e os temas geocientíficos perpetuaram por caminhos mais técnicos.

Estes cientistas desempenharam um papel importante junto a grupos não governamentais que assumiram a questão da proteção à natureza. Destacavam-se associações como o Centro Excursionista Brasileiro, cujos guias foram credenciados como guardas florestais; a Federação Brasileira para o Progresso Feminino, que contava com a bióloga Berta Lutz como uma de suas líderes; a Sociedade de Amigos de Alberto Torres (Armando Magalhães Corrêa foi um de seus fundadores); a Sociedade dos Amigos do Museu (constituída por funcionários do Museu Nacional); a Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro; e a Sociedade de Amigos das Árvores (fundada em 1931 por A. J. Sampaio), neste caso a Sociedade Civil que foi a idealizadora e promotora da 1ª Conferência Brasileira de Proteção à Natureza e que contou com o apoio da maioria das outras.

Estas organizações tomaram para si a iniciativa de uma proteção da natureza de forma mais ativa. Desta maneira se mostraram contrárias ao desmatamento, favoráveis a uma reforma na agricultura, defenderam a promulgação de uma lei florestal, distribuíram sementes e ministraram palestras. Esse tipo de pressão, aliada à capacidade de aconselhar e influenciar setores importantes da burocracia estatal foi fundamental na definição das disposições do regime em relação ao patrimônio natural (FRANCO, 2002).

A literatura utilizada, que relaciona os intelectuais e a política brasileira, define as principais características que configuram o ambiente político-intelectual da época: a preocupação com a construção da nacionalidade e do povo, uma elite que assumia o papel de dirigente e responsável pelas mudanças necessária e a crença em um Estado forte (RESENDE, 2006). O clima de mobilização patriótica que se seguiu à Revolução de 1930, e que precedeu a Constituinte de 1934, a crença na *necessidade* de um Estado forte e nas potencialidades do novo governo, levaram a aproximação de um grupo de intelectuais preocupados com a proteção da natureza com setores representativos ligados a Getúlio Vargas, possibilitando que as suas propostas fossem, em alguma medida, viabilizadas (FRANCO, 2002).

Há de se considerar também que nem todos os intelectuais partilhavam das mesmas concepções políticas. Alguns simpatizavam com os movimentos anti-autoritários surgidos após 1930 enquanto outros aderiram ao Estado Novo instaurado em 1937. Houve ainda os que se abstiveram de questões políticas. No geral havia um acordo quanto à necessidade de fortalecimento das funções do Estado, quanto à prioridade do imperativo nacional e ainda quanto à reivindicação de um status de “elite dirigente” na qual os intelectuais encaixavam-se e viam-se como parte integrante fundamental. O caminho para o progresso seria visto então como um processo de “cima para baixo” (OLIVEIRA, 1990).

Pudemos observar que a década de 30 é um ambiente conturbado político e intelectualmente. A década que sucede uma crise econômica mundial, um governo instaurado provisoriamente por Vargas, as pressões nacionalistas e um desejo de modernização cultivado desde o último século. O Governo Provisório de Vargas terá um caráter nacionalista marcante, fato que soube ser explorado pelos intelectuais da época visando fazer com que medidas propostas por eles fossem efetivamente implementadas, incluindo então medidas de conservação da natureza.

O governo Getúlio Vargas elaborou políticas públicas com o objetivo de atender as demandas emergentes, sobretudo quando essas coincidiam com as intenções de seu projeto político nacional – corporativista. No Brasil, frequentemente, indivíduos ligados às instituições governamentais, na sua maioria cientistas e técnicos, surgem como os principais articuladores de entidade civis, que visam pressionar os governos a tomarem posições mais decisivas, no sentido de viabilizar políticas consideradas de interesse nacional (RESENDE, 2006). Data desta época uma série de leis relacionadas ao problema da proteção à natureza no Brasil, como por exemplo, o primeiro Código Florestal, das Águas, Caça e Pesca, de Minas e o Código de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas, todos decretados entre 1933 e 1934 (RESENDE, 2006).

Em resumo pode-se dizer que a terra estava sendo utilizada basicamente para a cafeicultura e agropecuária, à custa da derrubada da vegetação nativa sem a mínima técnica. No restante do país, a atividade florestal era fundamentada no mais puro extrativismo. O avanço de ferrovias exigia cada vez mais madeira para os trilhos e para os trens (maria-fumaça). Neste cenário estarrecedor o Poder Público decidiu interceder, estabelecendo limites ao que parecia ser um saque dos recursos florestais

o que ocorreu através da edição do primeiro Código Florestal de 23 de Janeiro de 1934.

O desflorestamento agredia os intelectuais que viveram a época da visão romântica da natureza. Na própria Conferência grande parte dos trabalhos educativos fazem menção a derrubadas de grandes áreas florestadas e do não cumprimento do Código Florestal já vigente no início naquele ano. Data desta época extensa lista de defensores do reflorestamento como o cientista brasileiro Edmundo Navarro de Andrade, que presta sua contribuição com a teoria da natureza organizada, através do reflorestamento com eucaliptos. A. J. Sampaio, relator da Conferência, foi um botânico muito importante para o desenvolvimento e divulgação das práticas da silvicultura racional.

A onda de mobilização, que envolveu organizações da sociedade civil e instituições públicas preocupadas com a conservação da natureza, teve o seu ponto culminante na realização da Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, a qual visava inserir o Brasil na lista de produção científica no contexto de conservação da natureza mundial, quando o país procurou estabelecer seus próprios critérios e pressionar o governo para que suas medidas propostas fossem aprovadas. Devemos ao grupo de protetores da natureza mobilizados nesta época a legislação de proteção que temos hoje. Nessa perspectiva temos um conjunto de intelectuais influentes e condizentes com o desejo dos governantes de modernização, pois ao elaborar um projeto nacional esta elite está ocupada também em definir seu papel no processo político. É importante notar que em um outro contexto histórico-ambiental este mesmo grupo talvez não se mostrasse tão influente.

A Conferência em si ocorreu como reflexo de uma onda de mobilização que envolveu o mundo todo como foi possível observar na cronologia de eventos de mesma natureza apresentados no relatório da Conferência (Anexo II). A solenidade de abertura nos mostrava a extensão que os organizadores da Conferência almejavam. No início foi tocada a Sinfonia do Guarany, de Carlos Gomes, pela banda da Brigada Policial, a qual antecede o razoavelmente longo discurso de abertura de Leôncio Corrêa, presidente da Associação Amigos das Árvores. Seguida pela poesia intitulada “A Árvore” de Alberto de Oliveira, da Academia de Letras. Encerra-se a solenidade de abertura com uma peça musical de poesia de Leôncio Corrêa “Oração às Árvores”,

acompanhada pelo Maestro Agnello França e Coral da Maestrina Leonida Sodré, do Instituto Nacional de Musica.

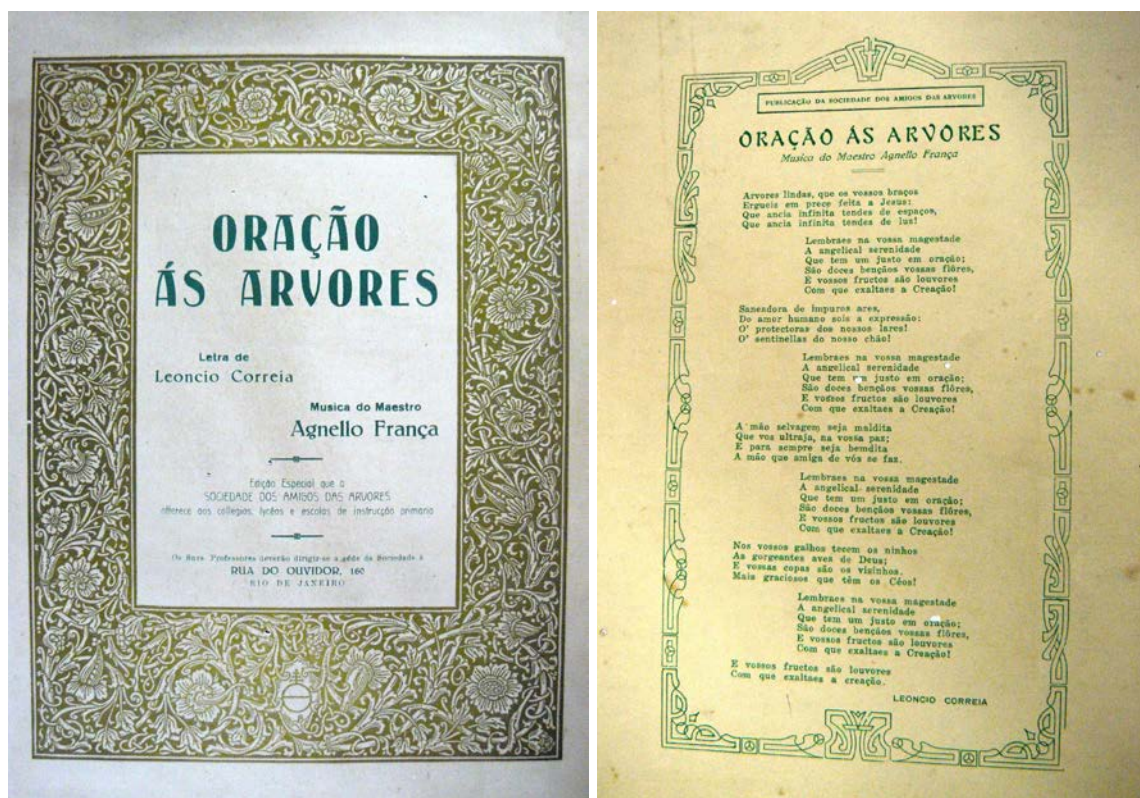


Figura 1: Capa de peça musical executada na abertura da Conferência e Poesia de Leôncio Corrêa que compõe parte das solenidades de abertura.

O discurso de abertura da Conferência proferido pelo Presidente da Associação, Leôncio Corrêa, justifica, define e explora a profundidade que o evento almeja alcançar. Suas preocupações com o cumprimento do Código Florestal e a ligação direta que é reafirmada entre Estado e Elite Intelectual, na tentativa de tornar a Conferência e seus produtos em uma forma de pressionar o Estado, educar a população e divulgar a ciência brasileira. Seu discurso foi publicado pelo “Jornal do Commercio” em 26 de Abril de 1934, é também transcrito na íntegra no relatório geral da Conferência, pelo relator A. J. Sampaio e consta no Anexo III do presente trabalho. Segundo Leôncio Corrêa, a Sociedade dos Amigos das Árvores foi fundada por patriotas e pretendia, como observamos em seu discurso, ser a “sentinela vigilante do nosso ameaçado patrimônio florestal”. Nesse discurso ele constata os processos que estavam levando à devastação do patrimônio florestal brasileiro e defende a necessidade de se “acertar o passo” com as nações civilizadas do mundo em matéria de proteção à natureza, razão pela qual se organizou a Conferência. Um delegado da

Argentina apresentou um relatório que demonstrou o quanto o Brasil havia ficado para trás em matéria de conservação.

No entanto, não bastaria a elaboração de leis, uma vez que, era essencial que elas fossem cumpridas e severamente punidos aqueles que as desrespeitassem. Um objetivo claro da Conferência era pressionar o governo a cumprir as medidas conservacionistas aprovadas pelo Congresso Constituinte e inclusive orientar as ações de conservação para a criação de um sistema de parques nacionais. Segundo o discurso de Leôncio Corrêa, seria fundamental uma campanha educacional no sentido de despertar nas crianças “desde a mais tenra idade o amor às árvores e aos animais”, e a criação de uma Escola Florestal nos moldes então existentes na Itália e nos Estados Unidos.

Data desta época a elaboração de uma série de leis relacionadas ao problema da proteção da natureza no Brasil, além disso, a própria Constituição encarregava os Estados e o governo central de proteger as “belezas naturais” e “monumentos de valor histórico ou artístico”. O que reafirma a institucionalização da preocupação com o mundo natural é a criação dos primeiros parques nacionais: Parque Nacional do Itatiaia, em 1937, Parque Nacional da Serra dos Órgãos e Parque Nacional do Iguaçu, em 1939.

A Revolução de 30 inaugurou um período de grande atividade legislativa em todos os ramos do Direito. A legislação florestal sofreu grandes transformações passando de uma legislação estritamente florestal e de cunho econômico para uma legislação mais pontual através da edição de códigos com o intuito de proteção. No Brasil colônia, império e república sempre houve a prevalência de uma percepção intervencionista do Poder Público sobre a propriedade das florestas (MAGALHÃES, 2002).

Em 1933 é criado o Ministério da Agricultura com a seção de reflorestamento junto ao serviço de fomento a produção vegetal. É de 23 de janeiro de 1934 o primeiro código florestal brasileiro, abrangendo todas as matas nacionais e particulares, com disposições minuciosas sobre a guarda, preparo de lavouras, cortes e fixando penalidades por crimes e contravenções bem como o processo para punir os infratores (MAGALHÃES, 2002).

O Código Florestal de 1934, elaborado por uma comissão, já apresentava de forma inovadora a classificação das florestas em: protetoras, remanescentes, modelo e de rendimento. As florestas protetoras eram um esboço do instituto das florestas de

preservação permanente do atual Código Florestal. As florestas remanescentes, por sua vez, eram formadas por áreas hoje denominadas unidades de conservação; as florestas modelo constituíam as florestas plantadas com limitado número de essências florestais, nativas ou exóticas, e finalmente as florestas de rendimento, eram aquelas não previstas entre as outras modalidades e destinadas ao uso intensivo dos recursos florestais (RESENDE, 2006).

Este Código ainda introduziu na legislação brasileira a noção de área reservada, ainda que de forma limitada, reconhecendo três categorias básicas: Parque Nacional, Florestas Nacionais, Estaduais e Municipais e Florestas Protetoras, pois este Código incorporou o modelo de planejamento florestal e gestão territorial e ambiental dos EUA no final do século XIX (SIQUEIRA, 1993). Porém, houve imensas dificuldades para a efetiva implementação deste dispositivo legal, o que levou a proposta de um novo diploma legal que pudesse normatizar adequadamente a proteção jurídica do patrimônio florestal brasileiro e reconhecer a precariedade da execução dos dispositivos do Código Florestal de 1934 (SIQUEIRA, 1993), fato que vem integrar o grupo de justificativas para realização da CBPN.

O pensamento que predomina naquela década era o de que os recursos naturais são apenas meios econômicos a ser explorados pelo país. Mas o princípio do desenvolvimento econômico-social, objetivando a racionalização e não a defesa ambiental, passava a fazer parte do cotidiano brasileiro. A Constituição de 1934 tratava os recursos naturais apenas como fonte de riquezas a serem explorados e a Constituição outorgada em 1937 deu igual tratamento às florestas da Constituição anterior.

A guarda e a fiscalização das florestas só foram autorizadas aos Governos estaduais através de uma lei do ano de 1940. O serviço florestal foi criado para proteger, guardar e conservar em conformidade com o Código Florestal, os parques nacionais, as reservas florestais e as florestas típicas.

A seção principal de trabalhos publicados no relatório da conferência, a de educação, tem seu contraponto com todas as outras, resumindo a idéia de que a natureza só poderia ser protegida na medida em que o seu “culto” fosse algo difundido na sociedade brasileira. Desta maneira a educação seria o veículo para que esse objetivo se concretizasse. Iniciativas como a criação de Clubes Escolares de Amigos da Natureza, por parte da Diretoria de Instrução Municipal do Distrito Federal e a publicação da Revista Nacional de Educação (publicação oficial do Museu Nacional),

são encaradas como uma forma relevante de implantar o amor pelas plantas e animais nas crianças das cidades, incentivando-as, por exemplo, por meio do plantio de mudas. Como exemplo desses estímulos existiam as festas das árvores e de soltura de pássaros que são mencionadas em trabalhos publicados na seção de educação. No campo são mencionados os Clubes Agrícolas Escolares e mesmo as escolas Agrícolas, como por exemplo em Viçosa, que teriam a função de ensinar uma maneira mais produtiva de lidar com a terra, evitando, por exemplo, as queimadas, e de desenvolver a consciência da importância de preservar ou replantar uma parcela (40%) da área de florestas em torno das produções agrícolas assim como já recomendava A.J. Sampaio anos antes dessa medida ser efetivamente adotada e regulamentada. Assim, a Proteção à Natureza era encarada como forma de viabilizar uma alternativa de progresso econômico e de preservação das florestas.

Concepções

A primeira parte do relatório, a que analisamos com mais profundidade e onde pudemos identificar os conceitos envolvidos na Conferência, principalmente sobre preservação e conservação, inicia-se com a citação de um fragmento da obra “*Natureza*”, de Goethe, que indica a percepção estética romântica do mundo natural presente entre essa geração da Primeira Conferência:

“A sua corôa é o Amor. Só pelo Amor della o homem se aproxima. Cava abysmos entre os sêres que se querem devorar. Isola-os, para melhor os reunir. Com uns tragos da taça do Amor, compensa as vidas desgraçadas.

Ela é tudo. A si mesma recompensa. Castiga-se, alegra-se, atormenta-se. É áspera e terna; amável e terrível; impotente e todo-poderosa. Tudo está sempre nela. Não conhece nem o passado nem o futuro. O presente é a sua eternidade. É benévola. Louvores a ela e a todas as suas criaturas! É sábia e silenciosa. Nada se lhe arranca do corpo, nenhuma dádiva se obtém, que não seja concessão da sua boa vontade. É astuciosa para o bem e o melhor é não reparar na sua astúcia.

É completa, mas sempre inacabada.

A cada qual aparece sob forma diferente. Disfarça-se em mil nomes e termos; mas é sempre a mesma.

Ella me trouxe, ella me levará. Nella confio. Póde dispor de mim. Não odiará a sua própria creatura. Quem falou della não fui eu. Não. O verdadeiro e o falso – tudo foi ella quem disse. É della toda a culpa e o merito de tudo lhe pertence.”

É uma natureza que deve não apenas ser admirada, mas também, cuidada, em muitos casos *transformada em jardim*. A possibilidade de um uso econômico nunca está descartada, na verdade entende-se que se “vive della” unindo assim o conceito corrente sobre conservacionismo com o do preservacionismo lembrando a necessidade de “reposição” dos recursos utilizados. De todo modo todo o sentimentalismo que evidencia a visão romântica de natureza está presente nos relatos e nos trabalhos apresentados

Em termos econômicos, este período histórico, voltou suas atenções para a agricultura, protegendo seus principais produtos de valor econômico como o café, o açúcar, o algodão e a borracha (HOLANDA, 1995). Porém este setor da economia, por estar enfrentando dificuldades, reflexo do mercado agrícola externo, passou a estimular o desenvolvimento industrial. Neste sentido a política do Governo de Getúlio Vargas adquiriu um caráter nacionalista intervencionista e com isto passou a realizar empreendimentos como a construção no Rio de Janeiro da Usina de Volta Redonda, através da Companhia Siderúrgica Nacional e da criação da Companhia Vale do Rio Doce, destinada a exportar minério de ferro (RESENDE, 2006). Até hoje seus efeitos ambientais encontram-se em discussão diante do paradoxo da necessidade de bens minerais e os impactos de sua exploração.

No discurso de Leôncio Corrêa, na abertura da Conferência, ele apresenta duas linhas de argumentação para justificar a proteção da natureza: em uma delas, o mundo natural era valorizado como recurso econômico a ser usufruído racionalmente, enquanto que, na outra, era objeto de culto e fruição estética (FRANCO, 2002). As idéias e práticas de proteção à natureza circulavam pelo mundo, adaptando-se e encaixando-se em contextos regionais distintos. Os argumentos que objetivavam justificar um cuidado maior com o mundo natural variaram de uma política de conservação dos recursos naturais à outra com preocupações estéticas, voltada para a preservação de áreas valorizadas pela sua beleza selvagem.

Estes argumentos condizem com discussões contemporâneas à Conferência que permearam a maioria dos grupos de protetores do mundo, demonstrando que

este grupo, apesar de situado no Brasil, país relativamente atrasado em matéria de proteção ao patrimônio natural, mantinha-se atento ao cenário internacional da temática. Muito do que foi adotado no Brasil em termos de proteção teve inspiração em modelos Norte Americanos, que se encontrava em um debate entre concepções *conservacionistas* e *preservacionistas*. Como temos exemplificado no discurso de Corrêa, as concepções conservacionistas se preocupavam, sobretudo com a racionalidade na utilização dos recursos naturais, enquanto que as preservacionistas encontravam-se mais interessadas na fruição estética e na transcendência espiritual proporcionada pelos aspectos sublimes da natureza selvagem. As concepções e práticas representadas por ambas as posições tiveram importante circulação e contribuíram com a elaboração de estratégias de cuidado com a natureza no mundo inteiro, inclusive no Brasil.

O País ainda precisava se conscientizar da relação fundamental entre natureza e sociedade, para que o seu progresso tivesse por base um aproveitamento racional das riquezas naturais. O esquecimento do vínculo entre o homem e o mundo natural vinha, ou poderia vir, a se constituir em fator de geração de pobreza e incapacidade de utilização de recursos naturais pela seqüência das gerações de brasileiros (FRANCO, 2002).

A natureza era relacionada com a questão da identidade nacional, uma vez que, por sua riqueza, diversidade e beleza, proporcionava o estabelecimento de laços afetivos entre o indivíduo e seu solo natal. Defendia-se a necessidade de um Estado que interviesse no sentido de garantir o equilíbrio entre progresso e manutenção do patrimônio natural do país, o que seria conseguido por meio do estabelecimento de leis, da vigilância e punição dos que as infringissem, e, principalmente, pela promoção de uma educação que garantisse uma conscientização ampla da importância da proteção à natureza. Cobrava-se do Estado que fosse o principal sujeito na manutenção de um vínculo orgânico e harmônico entre natureza e sociedade.

Tanto o debate quanto as experiências norte-americanas eram conhecidas pelos brasileiros, principalmente no campo de técnicas para a recuperação de áreas desflorestadas, quanto que ao mesmo tempo a idéia do estabelecimento de parques nacionais também ganhava adeptos entre os cientistas (DRUMMOND, 1997). É importante observar que as duas concepções estiveram presentes nas formulações e estratégias delineadas na 1ªCBPN, e tentou-se não organizar um novo conceito, mas

fundir os dois para que se representasse mais amplamente o sentido que queria se dar ao movimento de proteção à natureza. No Brasil dos anos 1930-1940, os conceitos de proteção, conservação e preservação eram, portanto, intercambiáveis, ambos apontando para as noções de que a natureza deveria ser, enquanto conjunto de recursos econômicos, explorada racionalmente no interesse das gerações futuras, e que enquanto diversidade biológica, objeto de ciência e contemplação estética, também deveria ser protegida (FRANCO, 2002).

Havia por parte dos protetores da natureza durante os anos 30, um esforço de reflexão sobre as correntes de pensamento voltadas para a valorização e o cuidado com a natureza, que na realidade são oriundas de uma tradição de grupos anteriores que já vinham cultivando a idéia de que o mundo natural deveria ser conservado por motivos econômicos e estéticos. O grupo de protetores brasileiros acompanhava os grupos que atuavam no campo da proteção à natureza em outros países e se mostravam atualizados quanto a situação do território nacional bem como com a produção científica mais recente no campo da biologia, ciência que por muito tempo legitimou as preocupações com o mundo natural. No entanto é possível perceber, mesmo com grande discrepância em relação às ciências biológicas, a participação das geociências nos movimentos preservacionistas no que se refere à conservação da paisagem e dos recursos geológicos (FRANCO, 2002).

Nomes de cientistas brasileiros permearam a Conferência no intuito de ressaltar nossas próprias personalidades no campo da proteção à natureza, tais como José Bonifácio, Joaquim Nabuco, André Rebouças, Euclides da Cunha, Alberto Torres e Manoel Bonfim e foram referências constantes ao longo do evento evocando as críticas que fizeram à devastação a que a natureza vinha sendo submetida no Brasil. Os argumentos que fundamentaram a Conferência vieram de nossos protetores pretéritos e do já iniciado movimento de proteção internacional.

A idéia da criação de parques nacionais ou áreas que protegessem elementos peculiares da paisagem, acidentes geológicos, monumentos naturais, flora e fauna, ganhava cada vez mais aceitação e compreensão entre os brasileiros. É nesse contexto que se encaixavam as seções de pesquisa do ambiente natural dentro do relatório geral da Conferência. As seções de estudos sobre o Solo e Sub-solo, sobre a Flora e a Fauna pretendem avaliar o conhecimento que existia e divulgá-lo com o intuito de dar validade às suas pesquisas. Acreditamos que o acúmulo desse conhecimento levou ao desenvolvimento das estratégias de preservação.

Podemos observar que, mesmo com uma função de sensibilização, a educação ambiental atual utiliza-se de um lema que, em certa medida advém deste processo: “conhecer para preservar”. As seções de pesquisa científica legitimavam a discussão de quais deveriam ser as áreas, os monumentos naturais, os animais e plantas ameaçados, para então avaliar quais os passos deveriam ser seguidos para garantir espaços para a sobrevivência da vida contida neles e para a preservação dos cenários. Essas estratégias passaram a ser um dos elementos fundamentais em torno das quais a questão do cuidado da natureza iria se articular.

Outro assunto que também é constantemente abordado é a “silvicultura”. Discutem-se práticas, principalmente as dos Estados Unidos, e divulgam diversas técnicas. Há uma grande preocupação com o avanço da seca no sertão. Alguns trabalhos se ocupam com idéias de espécies que poderiam solucionar esse problema. Com especial destaque no campo da proteção e recuperação do norte está o Prof. Armando Magalhães Corrêa, um dos poucos cientistas que publicou um trabalho no campo específico das geociências na conferência, em que trata da preservação de grutas. Muito se discute também acerca das técnicas de reflorestamento com eucaliptos, desenvolvidas por Edmundo Navarro de Andrade. O reflorestamento de morros e da margem das estradas, o problema das secas que avançam no sertão e o da reposição de madeiras (para dormentes, móveis, construção civil, carvão), seriam questões a ser resolvidas através do plantio de árvores. A criação de hortos florestais e jardins botânicos objetivava uma crescimento científico de novas técnicas de reflorestamento e, portanto cumpririam também a função essencialmente econômica de suprir todas as necessidades urbanas já citadas (FRANCO, 2002).

É importante notar que, naquele momento, depositava-se uma forte confiança nas possibilidades de um manejo florestal por meio do plantio de florestas homogêneas, fossem elas de essências nacionais ou exóticas, daí o êxito das propostas de Navarro de Andrade (MARTINI, 2004). Isso reforça a visão que se tinha de uma natureza ideal como uma natureza organizada. No entanto, ganhava força a percepção de que determinadas áreas deveriam ser mantidas como reservas, sem qualquer intervenção humana, além da que estivesse relacionada ao culto estético, à pesquisa científica e ao próprio cuidado. Havia, portanto, ao mesmo tempo a valorização da natureza selvagem. Os trabalhos que apresentavam propostas de criação de Reservas ou Parques traduzem estas perspectivas diferenciadas, sem

levantar os aspectos contraditórios, mas se somando em prol de um objetivo maior, de proteção do mundo natural.

Na conferência existem alguns trabalhos sobre parques nacionais que ilustram essa perspectiva. Chamamos a atenção para um em especial de autoria do então diretor do Museu Nacional Roquette-Pinto, que já vinha há alguns anos fazendo publicações sobre proteção à natureza na Revista Nacional de Educação do Museu Nacional. Consta no relatório geral o resumo de um trabalho intitulado “Parques Nacionais”, que fazia referência ao projeto de André Rebouças, de 1876, cujo objetivo era instituir dois parques nacionais - um na ilha do Bananal e outro na região do Guáira (PR) - nos moldes do Parque de Yellowstone. Além da proteção ao mundo natural, o projeto propunha desenvolver o turismo como fonte de recursos econômicos. Os parques, pelas suas belezas, poderiam atrair muitos turistas estrangeiros ricos que deixariam aqui o seu dinheiro. Apesar do projeto de Rebouças não ter sido efetivado, Roquette-Pinto chamava a atenção para o fato de terem sido criadas duas áreas de reservas – administradas, uma pelo Museu Paulista, o pequeno parque florestal no Alto da Serra do Cubatão, e outra pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro, a estação biológica do Itatiaia – que, se não eram exatamente parques nacionais, representavam boas sementes daquela idéia. O artigo recomendava ao governo, a criação de parques nacionais, ressaltando a sua importância como centros de pesquisa científica e proteção da flora e fauna, além das suas funções educativas, culturais e como atrações turísticas.

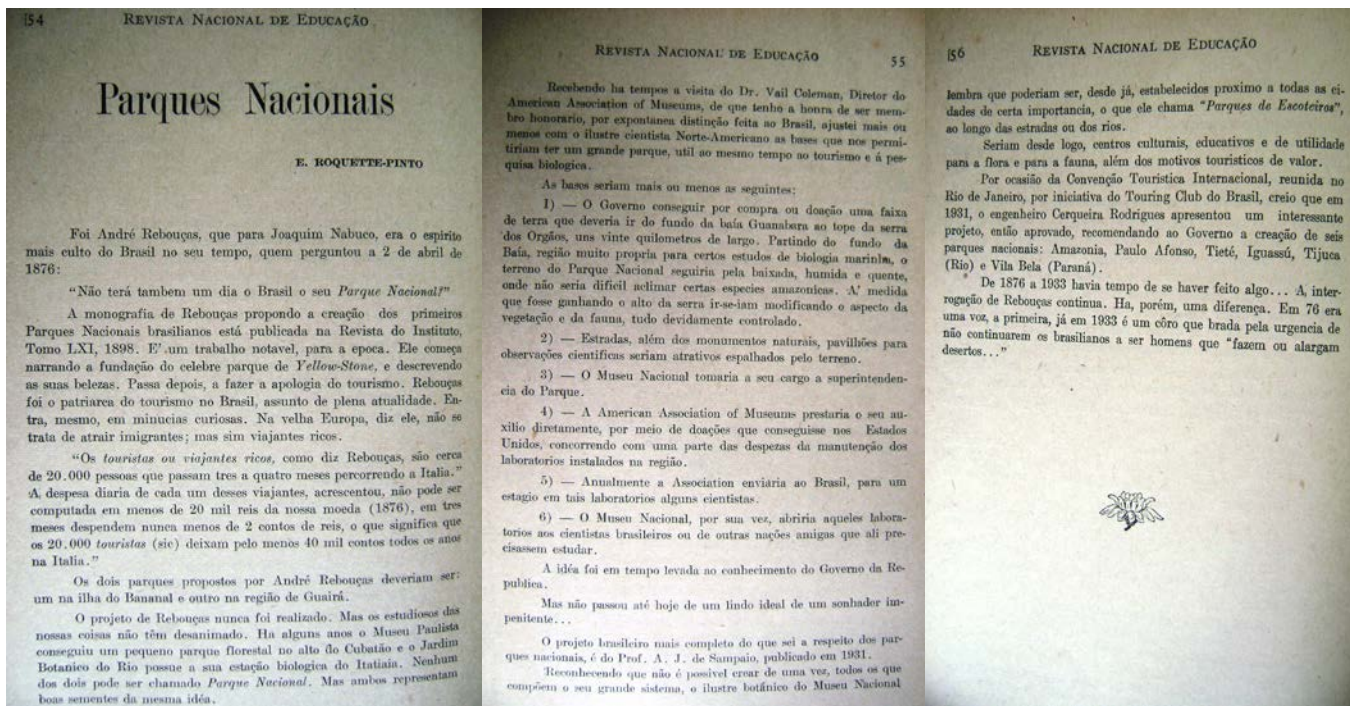


Figura 2: Trabalho de Roquette-Pinto integralmente publicado na Revista Nacional de Educação do Museu Nacional em 1933

O modelo a ser seguido era o dos parques nacionais americanos, e a opção econômica o turismo. A natureza, como objeto de conhecimento científico, era valorizada e havia, também, a consciência de que se deveria aproveitar o momento vivido de mobilização em torno da questão da proteção à natureza.

A idéia de reservas naturais, como por exemplo os parques nacionais, pode parecer confusa dentro do universo da Conferência que também pretendia incentivar a criação de áreas apenas monitoradas mas não utilizadas ou modificadas pelo homem. O conhecimento de como as florestas tropicais poderiam ser manejadas ainda não tinha amadurecido o suficiente, além do que, tradições diversas e muitas vezes antagônicas de cuidado com a natureza eram apropriadas sem uma reflexão maior sobre os seus paradigmas. Era o caso do conservacionismo de Guifford Pinchot e do preservacionismo ligado à criação de parques nacionais (FRANCO, 2002). De todo modo, isto não significa que a concepção de proteção à natureza no Brasil fosse desprovida de coerência. Ela era justificada por um projeto mais amplo de sociedade, fundado na percepção das riquezas naturais, tanto estéticas-preservacionistas quanto econômicas-conservacionistas. Neste projeto, a natureza era compreendida como um todo orgânico, e a sociedade como sua extensão.

A seção sobre *Solo e Sub-solo* é bastante resumida, dos apenas 3 trabalhos publicados 2 tratam da necessidade de se estudar e preservar grutas, o terceiro se prende a questão econômica da utilização do carvão, e como bem vimos é a posição mais frequente da Conferência, apresentando uma mistura de preservação com exploração econômica, se não diretamente através dos estudos sobre carvão, de outra maneira pelo incentivo do turismo com o foco nas grutas brasileiras. Apesar da pouca quantidade de trabalhos publicados nessa seção devemos lembrar que os conceitos, tanto de preservação quanto de conservação, adotados necessitam de embasamento científico do meio ambiente físico para promover estratégias de proteção eficazes. Nesta mesma linha existem as seções de flora e fauna, a primeira chama a atenção para a importância de se estabelecer catálogos de plantas e destacar as plantas raras, defende os jardins botânicos como espaços de pesquisa científica para um melhor conhecimento da flora, inclusive aquela com valor medicinal. Também chama atenção para os problemas gerados pelas devastações de florestas e por fim, o plantio de árvores e a silvicultura, aparecem como opção econômica para a reposição de florestas úteis. Já a seção sobre a *Fauna* trata de estabelecer a necessidade de preservar espécies que começavam a se tornar raras, criando para este fim áreas de reserva. Refere-se aos jardins zoológicos e ao seu papel no campo da pesquisa e da educação relacionados à proteção da natureza, pois possibilitavam o estudo e a reprodução de espécies em cativeiro, bem como, pela visita e proximidade, o estabelecimento de laços afetivos entre as crianças e a fauna silvestre.

Conclusão

A necessidade de se elaborar uma contextualização para uma pesquisa de história ambiental está em revelar como a questão da proteção à natureza se articulou e foi pensada em um contexto histórico ambiental específico.

Os intelectuais dedicaram-se a reflexão sobre diversos aspectos da sociedade brasileira. Havia grupos que se preocupavam com o patrimônio cultural, outros que se voltaram para as reformas educacionais, aqueles que pretendiam reordenar o arcabouço jurídico-institucional do Estado e ainda aqueles que se dedicaram a questão da proteção a natureza no Brasil. Observamos que as temáticas foram as mais variadas, mas é seguro afirmar que há um direcionamento pela “fé nas ciências” como guia para o progresso. A *educação* desponta como alvo de preocupações por parte dos intelectuais por ser uma forma de moldar e alcançar o ideal de um povo politicamente e culturalmente constituído. A maneira como o grupo de intelectuais envolvidos com a proteção a natureza se inseriu no contexto político-intelectual da época e o seu relativo sucesso estiveram associados ao fato de ter relacionado as suas preocupações sobre a natureza com a questão da identidade nacional (FRANCO, 2002). Desta maneira, no que toca a 1ª CBPN, temos a maior parte dos trabalhos voltados à educação direcionada pela ciência e pela proteção a natureza em busca da construção desta identidade.

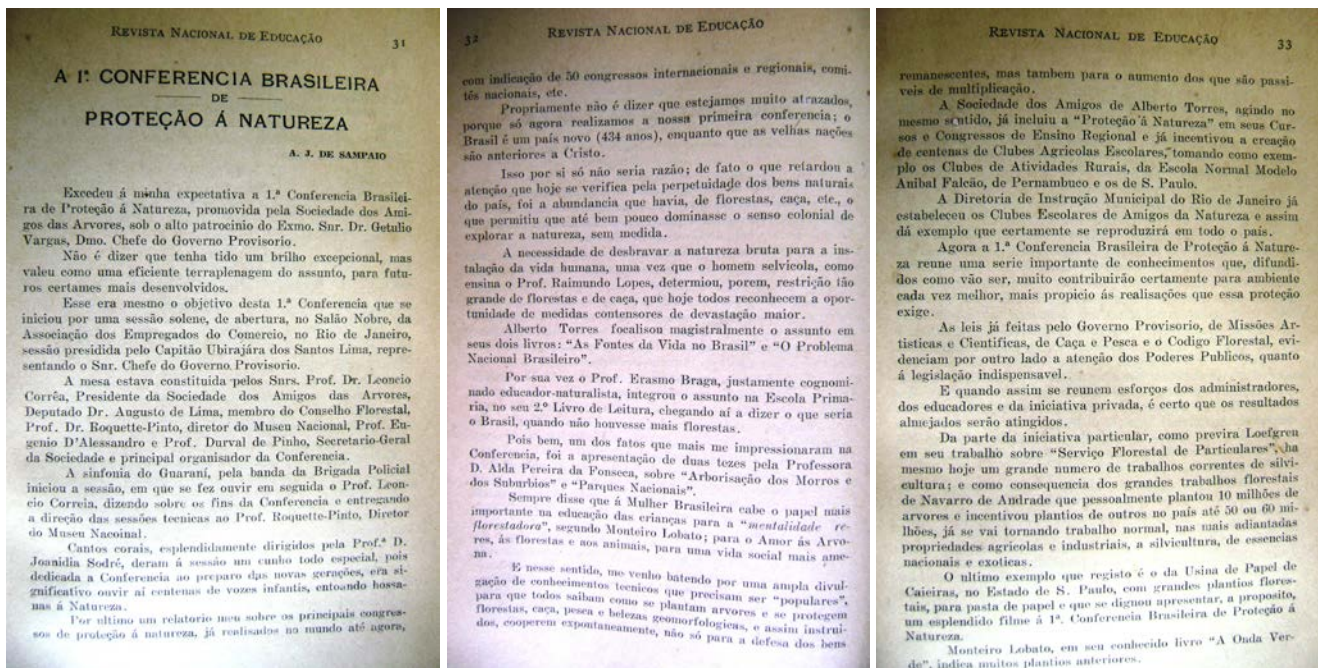


Figura 3: Nota de A.J. Sampaio sobre o êxito da realização da Conferência publicado na Revista Nacional de Educação do Museu Nacional.

A realização da Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, em 1934, indica a existência de um grupo relativamente organizado em torno de preocupações com a conservação da natureza, em sua maioria com passagem pelo Museu Nacional, o que evidencia o importante papel desempenhado por essa instituição na Conferência.

O grupo de intelectuais que se organizaram em torno dessas preocupações gozavam de algum respeito junto a figuras que ocupavam posições estratégicas no Governo. Esses personagens pretendiam divulgar as suas idéias sobre proteção à natureza para um público o mais amplo possível e atuar, baseados em seu saber científico, como conselheiros junto aos governantes.

Autores como Sampaio, Magalhães Corrêa, Mello Leitão e Hoehne, ideólogos da proteção à natureza, acreditavam na possibilidade de que os problemas do país viessem a ser resolvidos por meio da intervenção de um Estado forte, aconselhado pelos intelectuais e cientistas. Roquette Pinto, então diretor do Museu Nacional, revela em alguns trabalhos a intenção de “organizar” o país, tarefa que era atribuída, na ideologia nacionalista e cientificista da época, ao Estado e à elite intelectual sua conselheira.

Havia a necessidade de se desenvolver uma “civilização” adequada aos trópicos, projeto que demandava o conhecimento científico da “realidade brasileira”. A natureza precisava ser conhecida e o homem educado, para que pudesse valorizá-la e aproveitá-la de forma previdente, dispensando-lhe os cuidados necessários. Desta forma identificamos a educação como ferramenta para promover uma proteção à natureza eficaz.

O intuito da Conferência era a proteção à natureza e os personagens envolvidos nesse cenário dividiam suas opiniões basicamente entre duas concepções: a conservacionista e a preservacionista, mas a visão romântica da natureza era unânime e fez com que o propósito da preservação e exaltação da natureza fosse maior do que seus aspectos conflitivos. A noção de proteção à natureza, que perpassou os debates da Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, envolvia tanto uma idéia de preservação das belezas naturais, quanto uma idéia de melhoramento da natureza pelo homem, identificada no projeto dos parques nacionais.

No entanto o conhecimento das geociências não foi abordado durante a Conferência como elementos de sensibilização. Era conhecimento científico produzido por especialista para especialistas, e fazia-se necessário apenas para fundamentar suas preocupações, mas o conhecimento acumulado nesta área foi pouco usado educativamente. O principal elemento de sensibilização que se identifica são as árvores, e de certa maneira continuam a ser, apesar desta abordagem não valorizar o universo das geociências como suporte da vida que se intenciona preservar.

A educação e as geociências da Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza relacionam-se através do conhecimento científico que fornece o embasamento para a preservação. Não há uma ligação direta da educação da população através das geociências apesar de muitos trabalhos tratarem de belezas naturais e dos municípios terem acrescentado em suas respostas ao questionário distribuído na Conferência, formações geológicas peculiares, grutas, e ocorrências minerais exóticas.

É a segunda parte do relatório que traz as respostas aos questionários e serviu de base para inúmeros dados apresentados, inclusive no discurso de abertura, sobre a situação e avanço do desflorestamento em diferentes estados brasileiros.

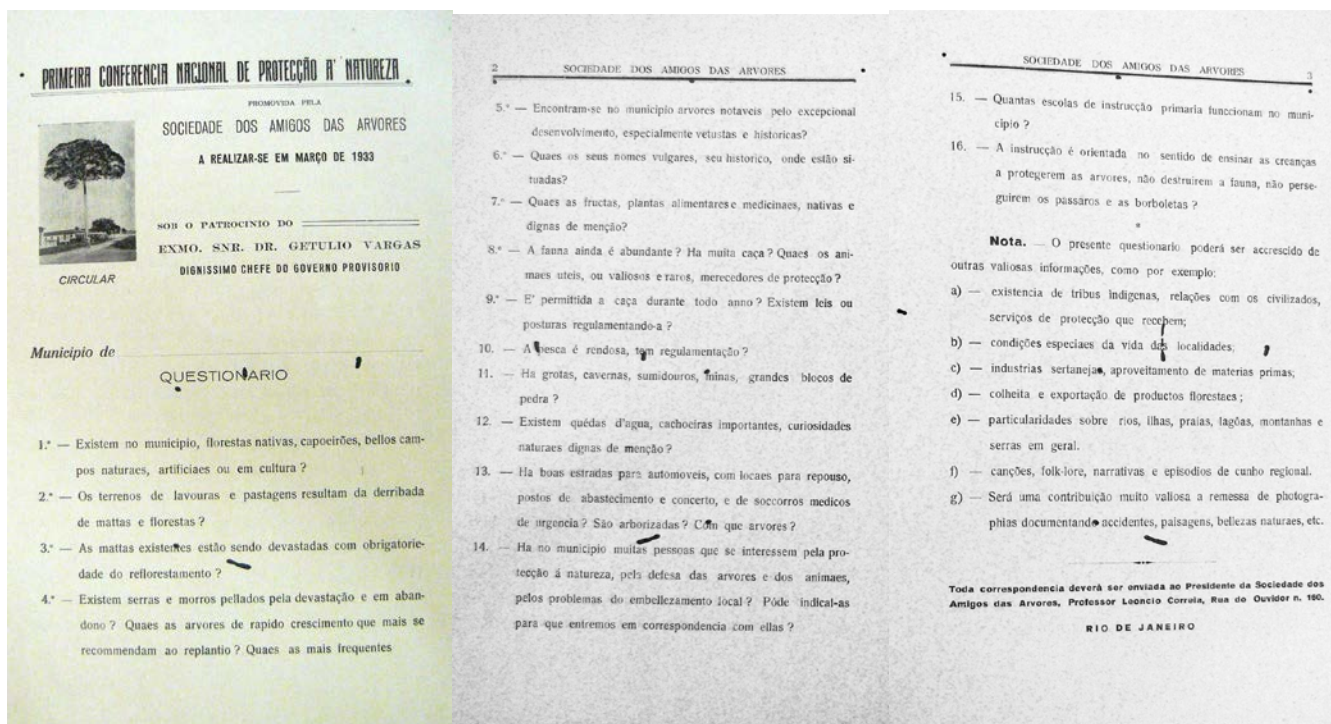


Figura 4 : Questionario distribuido aos municipios.

Este questionário foi distribuído às diversas municipalidades, visando obter relatos da situação do meio natural nas diversas regiões do Brasil. Ele faz uma sondagem para o levantamento sobre cobertura vegetal nativa, reflorestada e cultivada. Sonda também a qualidade dos solos e espécies adaptadas aos ambientes de cada município, questiona a existência de monumentos naturais, e especifica seu interesse na existência de cavernas, grutas, sumidouros, minas, blocos de pedras e cachoeiras. Interessa-se inclusive, em saber se as cidades têm estrutura para abrigar atividade turística em virtude de seus monumentos naturais, como estradas, hotéis, comércio e hospitais. Já a terceira parte compreende os votos, apelos e protestos aprovados pela comissão, está reproduzida no Anexo IV.

Esses apelos reafirmam diversos aspectos encontrados no discurso de abertura, como por exemplo a preocupação em alcançar os estudos que já estavam sendo realizados em outros países e a fé em que as ciências, sobre tudo a ciência brasileira, seria responsável por igualar o Brasil com os outros países no que toca a proteção à natureza. E apesar do apelo de preservação do ambiente concentra-se sobre tudo nas árvores, também é expresso no apelo de preservação das paisagens, das ocorrências interessantes mineralógicas e geomorfológicas.

Devemos ressaltar alguns fatores que foram decisivos para que a geração de protetores da natureza dos anos 30 viesse a obter maior sucesso do que aquela que a

antecedeu. O primeiro deles relaciona-se ao fato de a nova geração ser brasileira e identificada com idéias de teor nacionalista, que como vimos, regia o momento. O segundo, ao fato de ter conseguido uma maior penetração em associações da sociedade civil e, por meio delas, se fazer ouvir. E terceiro, ao fato de ter conseguido espaço suficiente junto ao governo para institucionalizar parte de suas propostas.

Era uma posição comum da época que a falta de contato com a realidade nacional e a cópia de moldes estrangeiros eram responsáveis pelo atraso do desenvolvimento do potencial brasileiro. Desta maneira o que o grupo de intelectuais passou a defender foi a promoção de uma ciência voltada para o conhecimento da terra e do povo, adaptação das instituições científicas aos moldes da realidade brasileira e não mais a estrangeira, para que a produção científica cobrisse a realidade específica nacional (FRANCO, 2002).

A série de códigos decretados pelo governo Vargas, regulamentando as expedições científicas, o uso da água, dos recursos minerais, das florestas e a atividade de caça e pesca somada à criação de parques nacionais, Itatiaia, Serra dos Órgãos e Iguaçu, podem ser considerados como indicativos de um relativo sucesso alcançado pelo grupo de protetores da natureza da época.

Bibliografia.

ANTUNES, P. de B. *Direito Ambiental*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2000.

BARRETTO FILHO, H. T. “*Notas para uma história social das áreas de proteção integral no Brasil*” In: *Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

BRITO, M. C. W. *Unidades de Conservação: intenções e resultados*. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2000.

CAVALARI, R. M. F. “*As concepções de natureza no ideário educacional no Brasil nas décadas de 1920 e 1930*”. In: Vº Congresso Europeu CEISAL de Latinoamericanistas, 2007, Bruxelas. Anais do V Congresso Europeu CEISAL de Latinoamericanistas-Simpósio Fundamentos de La Educación Ambiental, 2007.

DEAN, W. *A ferro e fogo: a história da devastação da Mata Atlântica*. Trad. C.K. Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DEAN, W. “*A Botânica e a Política Imperial: a introdução e a domesticação de plantas no Brasil*”. *Estudos Históricos* 8 (4); 216-228, 1991.

DIEGUES, A.C. “*O Mito Moderno da Natureza Intocada*” São Paulo: Hucitec, 1998

DRUMMOND, J. A. *Devastação e Preservação Ambiental no Rio de Janeiro*. Niterói: Editora UFF, 1997.

DRUMMOND, J. A. “*História ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa*.” *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 4 (8); 177-197, 1991.

DRUMMOND, J. A. “*Por Que Estudar a História ambiental do Brasil? Ensaio temático*”. Belo Horizonte: *Varia História*, 26; 13-45, 2002.

DUARTE, R. H. “*Pássaros e cientistas no Brasil: em busca de proteção, 1894-1938*” *Latin American research review*, Austin, Texas, EUA: 41(1); 3 – 26, 2006.

FAUSTO, B. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2001.

FIGUEIRÔA, S. F. M. *As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional, 1875-1934*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

FRANCO, J. L. A. “*Proteção à Natureza e Identidade Nacional: 1930-1940*” Tese de Doutorado. Brasília: UnB, 2002.

FRANCO, J. L. A. & DRUMMOND, J. A. “*Armando Magalhães Corrêa: gente e natureza de um sertão quase metropolitano*” *História e Ciência da Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro: 12 (3), 2005.

FRANCO, J. L. A. DRUMMOND, J. A. “*Alberto José Sampaio: Um botânico brasileiro e o seu programa de proteção à natureza.*” *Varia História*, 33,129-159, 2005.

FRANCO, J. L. A. “*A Primeira Conferência Brasileira de Proteção a Natureza, e a questão da identidade nacional*”. *Varia História* 26, 77-96, 2002.

HERRERA, G. C. “*História Ambiental (feita) na América Latina*”. *Varia História* 26, 33 – 45, 2002.

HOLANDA, S. B. “*História Geral da Civilização Brasileira*” Rio de Janeiro: Bertrand, (11), 1995.

LOPES, M. M. *O Brasil Descobre a Pesquisa Científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MAGALHÃES, J. P. *Evolução do direito ambiental no Brasil*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

MARCONDES, S. A. *Brasil, amor a primeira vista! Viagem ambiental no Brasil do século XVI ao XXI*. São Paulo: Peirópolis, 2005.

MARTINEZ, P. H. *História Ambiental no Brasil: Pesquisa e ensino*. São Paulo: Cortez, 2006.

MARTINI, A. J. “O plantador de Eucaliptos: A questão da Preservação Florestal no Brasil e o Resgate Documental do Legado de Edmundo Navarro de Andrade” Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH – USP, 2004.

MARTINS, M. L. *História e Meio Ambiente*. São Paulo: Annablume, 2007.

MORAES, A. C. R. “Notas sobre a Identidade Nacional e Institucionalização da Geografia no Brasil”. *Estudos Históricos* 8 (4), 166 - 176, 1991.

OLIVEIRA, L. L. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PATAÇA, E. M. “A Formação inicial e continuada de professores em Geociências e Educação Ambiental.” Projeto de Pesquisa. São Paulo: FE – USP, 2008.

PRADO JUNIOR, C. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

RESENDE, M. K. “Legislação Florestal Brasileira: uma reconstituição histórica” Dissertação de mestrado. Lavras: Universidade Federal de Lavras, 2006.

RESENDE, R. U. *As regras do jogo, legislação florestal e desenvolvimento sustentável no Vale do Ribeira*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2002.

SAMPAIO, A. J. “Relatório da 1º CBPN”. *Boletim do Museu Nacional*, 11 (1): 3 – 126; 11 (2): 9 – 115, 1935.

SIQUEIRA, J. D. P. “A legislação florestal brasileira e o desenvolvimento sustentado”. In: *Anais do Congresso Florestal Panamericano, 1.; Congresso Florestal Brasileiro, 7*, Curitiba, Paraná, 1993.

WORSTER, D. *“Para Fazer História Ambiental”* Estudos Históricos, Rio de Janeiro: 4 (8); 198 - 215, 1991.